



**PAUTA
PARA A 158ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 15 DE DEZEMBRO DE 2010**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 825, de 2010, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública o "Centro de Convivência Infantil do Jardim Panorama - Professora Maria Erotildes de Andrade Lima", em Franca.

2 - Projeto de lei nº 826, de 2010, de autoria do deputado Chico Sardelli. Concede o título honorífico de "Região Têxtil Paulista (RTP)" à Região Metropolitana de Campinas.

3 - Projeto de lei nº 827, de 2010, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas da Região do Grande ABCDMRPRGS", em Santo André.

4 - Projeto de lei nº 828, de 2010, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Institui o "Programa de Coleta Seletiva e Educação Ambiental" nas escolas da rede estadual de ensino.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 822, de 2010, de autoria da deputada Beth Sahão. Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação dos limites nocivos à audição em embalagens e propagandas de vendas de dispositivos sonoros no Estado.

2 - Projeto de lei nº 823, de 2010, de autoria do deputado Alex Manente. Obriga as lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como cantinas e quiosques, que funcionam dentro das escolas da rede particular e pública de ensino a divulgarem informações referentes à presença e à discriminação de quantidades em suas tabelas nutricionais dos alimentos comercializados.

3 - Projeto de lei nº 824, de 2010, de autoria do deputado Vaz de Lima. Dá a denominação de "Vereador José Walter Lelo Rodrigues", à passarela para pedestre localizada no km 3,870 do Acesso de Bauru à SP 225 (SAP-228/225), naquele Município.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 818, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Proíbe a comercialização de cigarros e derivados do tabaco em estabelecimentos comerciais localizados num raio de 100 (cem) metros de Instituição de Ensino Fundamental e Ensino Médio, seja pública ou particular.

2 - Projeto de lei nº 819, de 2010, de autoria da deputada Beth Sahnão. Obriga o Poder Executivo a fazer constar em todos os editais de licitação e contratos diretos sem licitação a exigência de reserva de 5% das vagas de emprego para mulheres na área de construção de obras públicas.

3 - Projeto de lei nº 820, de 2010, de autoria da deputada Beth Sahnão. Proíbe a fabricação, comercialização, distribuição e venda de canudos flexíveis plásticos utilizados para a ingestão de alimentos artificiais líquidos em todo o Estado, sem que estejam totalmente embalados individualmente em material oxibiodegradável.

4 - Projeto de lei nº 821, de 2010, de autoria da deputada Beth Sahnão. Dispõe sobre a acessibilidade de telefonia fixa e móvel nas rodovias do Estado.

4ª Sessão

Projeto de lei nº 817, de 2010, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Declara de utilidade pública a "Casa de Cultura", em Votorantim.

5ª Sessão

Projeto de lei nº 816, de 2010, de autoria do deputado Fernando Capez. Inclui dispositivo na Lei nº 10.948, de 2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

Moção nº 83, de 2009, de autoria da deputada Ana Perugini. Apela para os Srs. Presidente da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e ao Sr. Ministrito da Justiça a fim de que seja providenciada alteração na Lei nº 8.078, de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, no que se refere a acordos e multas nos PROCONs.

2ª Sessão

1 - Moção nº 60, de 2010, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como aos líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para a aprovação do Projeto de Lei 5.995, de 2009, que dispõe sobre alteração da Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para estender o direito de arrependimento ao consumidor que adquire produtos ou serviços, ou contrata o fornecimento deles, dentro do estabelecimento comercial.

2 - Moção nº 75, de 2010, de autoria da CPI - Transporte Aéreo. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Srs. Líderes Partidários, a fim de que o Projeto de lei que dispõe sobre o dever de assistência das companhias aéreas aos consumidores seja modificado, de modo a tornar obrigatório o dever de assistência imediato, assim que configurado o atraso ou o cancelamento do voo, e não após 2 (duas) horas, como previsto no projeto.